

Eixo Temático

6-História das Instituições Escolares no Campo

Título

Instituições e projetos ruralistas de educação na Baixada Fluminense (1932- 1989)

Autor(es)

Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra (Orientadora)

Márcia Spadetti Tuão da Costa

Instituição

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/FEBF)

E-mail

amaliadias@gmail.com

mardetti.tuao@gmail

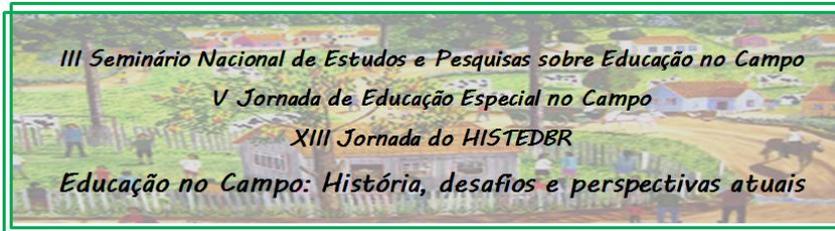
Palavras-chave

Ruralismo – Instituições - Escolarização

Resumo

Apresentamos resultados de pesquisa em história da educação acerca de distintas instituições destinadas à educação escolar rural criadas no território da Baixada Fluminense, como representativas da inserção do movimento ruralista na política educacional fluminense dos anos 1930 e 1940. No estado do Rio de Janeiro, no pós-1930, nas associações que os sucessivos governos estabeleceram entre agrarismo e instrução, a zona rural foi idealizada como espaço detentor da identidade fluminense, lócus de formação do trabalhador requerido para o progresso econômico do estado e da pátria. Enquanto o Distrito Federal representava o centro político e urbano, o estado do

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Rio de Janeiro era agrário e camponês, assim como parte da Baixada Fluminense, que teve parte do território destinado às funções rurais.

A partir da pesquisa documental em diferentes acervos sobre as Escolas Típicas Rurais e as instituições educativas criadas dentro do Núcleo Colonial São Bento em Iguçu, com ênfase sobre o Patronato São Bento, emerge a diversidade de instituições destinadas a abrigar e instruir a infância nos moldes do projeto ruralista. Os aparatos normativos que tratavam da organização destas escolas, o público-alvo, os conteúdos a serem ensinados anunciavam a intenção de que estas instituições disseminassem um novo modelo de educação regional. A educação elementar básica e a iniciação profissional agrícola constituíam o currículo das instituições, que seriam construídas atendendo às especificidades requeridas pelo ensino agrícola e pelo projeto de ordenação social do campo pela escolarização. A história destas instituições revela as imbricações entre os projetos de escolarização e os projetos de controle da população e desenvolvimento econômico do território. Por terem sido organizadas em cooperação das agências estaduais com o Ministério da Agricultura, sustenta-se a existência destas como experiências mais sistematizadas de colaboração entre o movimento ruralista, o governo fluminense e setores da sociedade civil. A partir do referencial teórico gramsciano busca-se demonstrar como diferentes agências e agentes conformam o perfil de Estado e dos projetos educativos, assim como a importância da educação no projeto ruralista de uso econômico dos territórios e da população rural fluminense. Mantinham-se no horizonte desses projetos os princípios de, através da escolarização, introduzir novas práticas de trabalho e de concepções de mundo junto às populações rurais. Mas a investigação evidenciou, também, as tensões que marcaram as tentativas de escolarizar o trabalhador e o trabalho agrícola, a permanência de falta de estrutura nas escolas e a frequência dificultada por motivos específicos da localidade. As dificuldades de implantar a instrução agrícola nas instituições e as transformações ocorridas evidenciam, também, as contradições inerentes ao processo de capitalização do campo.

Texto Completo

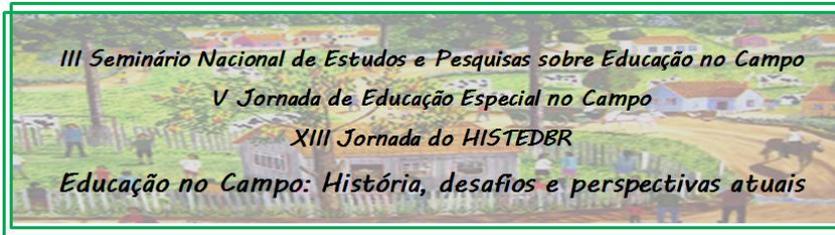
Instituições e projetos ruralistas de educação na Baixada Fluminense (1932- 1989)

“A vocação agrícola” da Baixada Fluminense

Em pesquisa realizada sobre os processos de escolarização no município de Nova Iguaçu,¹ estado do Rio de Janeiro, foi possível observar como as disputas sobre os usos do território para as funções econômicas rurais ou urbanas, assim como o emprego de sua população, permearam, também, os debates, projetos e experiências de

¹ Denominação do distrito-sede a partir de 1916. Todo o município de Iguaçu passaria à denominação de Nova Iguaçu, provisoriamente pelo Decreto-lei n. 392-A, de 31 de março de 1938 e definitivamente a partir da reforma da divisão territorial do estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto n. 641 de 15 de dezembro de 1939. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro. APERJ.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

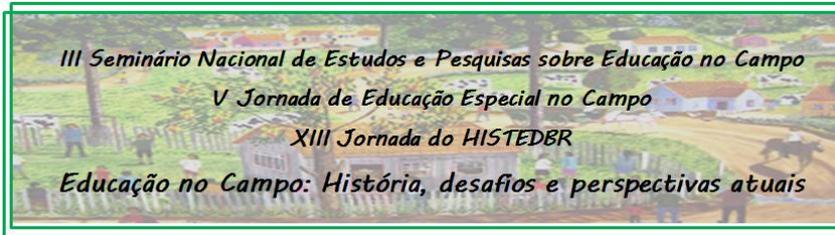


instituições escolares. Entre os sujeitos coletivamente organizados que buscavam intervir nos moldes dos processos de escolarização do município, o projeto ruralista fluminense encorpou vozes ressonantes no município e nas relações destes com o governo estadual e com a União (DIAS, 2014).

No contexto do pós-abolição, a “vocação agrícola” do país foi o argumento utilizado pelas fra es agrárias em defesa de suas atividades econ micas. Entre os grupos agrários dos Estados secundarizados na correla o de forças no cenário nacional, no Rio de Janeiro, o combate   monocultura na campanha pela diversifica o dos produtos, o fomento   produ o em propriedades parceladas, a ado o da mão-de-obra nacional e a moderniza o dos modos de cultivo eram os pilares do movimento ruralista (MENDONÇA, 2006; 2012).

Na Primeira República, o Rio de Janeiro não possuía a importância econ mica nem a relevância política que exerceu durante o Império. Os projetos assumidos por sucessivos governos para a supera o da crise econ mica enfatizaram a “tradi o agrarista” da região, pela promo o das atividades agropastoris (FERNANDES, 2009, p.18). Mesmo após o Golpe civil militar de 1930 e a recomposi o das forças políticas no Estado Novo, a recupera o econ mica pela atividade agropastoril perdurou na agenda do estado.

Afinado com um projeto específico de sociedade, oriundo das classes dominantes agrárias, no programa de ensino defendido por esses setores ruralistas, tanto a infância quanto os adultos eram alvos de projetos que procuravam convencer, pela educa o, sobre a importância do trabalho agrícola, orientado em novas bases.   fundamental perceber neste projeto de reordena o das rela o de produ o no campo a relevância da instru o da popula o campesina, em sentido amplo. Cabe retomar o pensamento de que a educa o equivale às opera o fundamentais da hegemonia (BUTTIGIEG, 2003, p.47). As “opera o de hegemonia” são meios pelos quais a concep o de mundo e os valores de um grupo são difundidos, reforçados e estimulados “capilarmente” pela sociedade, tornando-se hegemônicos. A teoria do Estado Ampliado tem como fundamento a percep o de que o poder não   exercido apenas e pela coer o, mas pela capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a dire o econ mica, política,



intelectual e moral dessa sociedade (ACANDA, 2006). Dentro do movimento ruralista, a instrução agrícola era um meio para “desbravar” a mente do trabalhador, convencê-lo dos benefícios da adoção de novas práticas de cultivo, do interesse pelo trabalho no campo. Sob essa perspectiva, a educação atua na divulgação e interiorização do arcabouço ideológico das classes hegemônicas, transformando valores particulares em senso comum.

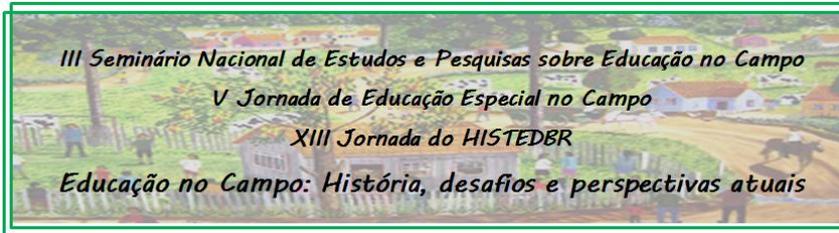
As Escolas Típicas Rurais em Iguazu

Parte da história do município de Nova Iguaçu apreende-se pelo desenvolvimento da citricultura na região, que foi o principal produto da economia em alguns distritos de Nova Iguaçu entre as décadas de 1920 e 1940. O cultivo e a comercialização da laranja foram incentivados pelo governo do Rio de Janeiro, em prol da recuperação econômica do estado. A implantação da citricultura demandou transformações importantes no município de Nova Iguaçu, principalmente em alguns distritos, como o distrito-sede. O município também recebeu apoio do estado e do governo federal por conta das relações políticas estabelecidas no pós-1930 (PEREIRA, 1997, p.133).

No projeto ruralista, para além das mudanças introduzidas na ordenação do território, na administração política local e na promoção de infraestrutura para a produção, a aquisição de saberes sobre a agricultura e a formação dos diversos tipos de trabalhadores agrícolas constituía o cerne de construção e disseminação de uma nova ordem social para o mundo rural. E esses saberes, as novas técnicas, as pesquisas, deveriam ser empregados no processo produtivo; ou seja, sua adoção já devia resultar em resultados práticos na produção. Concomitantemente, reorganizava-se a cultura e a produção na gestação de uma nova civilização rural, moderna porque científica. A especificidade da função da instrução nesse cenário era a imediata aplicação desses novos saberes que deveriam ser dominados e difundidos, daí a centralidade do ensino agrícola e das propostas de regionalização do ensino.

No estado do Rio de Janeiro, no pós-1930, nas associações que o governo buscou tecer entre agrarismo e instrução, a zona rural foi idealizada como espaço detentor da identidade fluminense, lócus de formação do trabalhador necessário ao

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

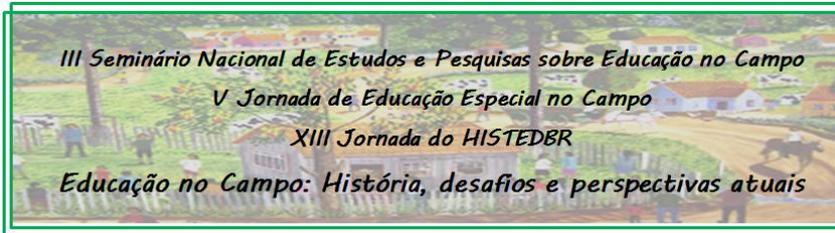


engrandecimento do estado e da pátria (FERNANDES, 2009, p.130). Durante a interventoria de Amaral Peixoto, foi maior o volume de medidas destinadas à recuperação do setor produtivo agropastoril, ainda que se tenha buscado incentivar a indústria. Através do lema de que o problema da agricultura “não é plantar, é organizar” (PEIXOTO apud PANTOJA, 1992, p.52), ocorreu o fortalecimento do poder público neste processo, por meio de reformas administrativas (PANTOJA, 1992, p.50). Entre as medidas adotadas para a recuperação agrícola do estado, durante a interventoria de Amaral Peixoto, Silvia Pantoja inclui a experiência das Escolas Típicas Rurais. Em 1945 constavam 43 unidades distribuídas em 40 municípios (Ibidem, p.55).

No estado do Rio, o regulamento da instrução pública primária de 1936 (decreto 196-A, de 24/12/1936) dedicou um capítulo sobre a criação de escolas típicas rurais. Em 1938, foi revitalizado o programa sobre as Escolas Típicas e foi criada uma escola normal destinada à formação de professores para as escolas rurais. Nas escolas urbanas foi incentivada a introdução de hortas e criação de pequenos animais. Rui Aniceto conclui que, durante o Estado Novo, “o projeto educacional formal do estado priorizou o ensino rural, seguindo as diretrizes políticas e econômicas da administração estadual” (FERNANDES, 2009, p.135). As primeiras escolas foram construídas em 1938, e deveriam servir de modelo para as escolas isoladas de seu entorno.

Em Nova Iguaçu, a inauguração de uma Escola Típica Rural na localidade de Santa Rita, no distrito-sede, em 1940, foi festivamente noticiada pelas páginas do Correio da Lavoura, Jornal local que tanto propugnava pela instrução agrícola no ensino primário.² O prefeito Ricardo Xavier da Silveira esteve na solenidade, acompanhado do secretário do governo estadual, Heitor Gurgel. Os mapas de frequência escolar desta escola (APERJ), contudo, revelam as dificuldades encontradas para a adequação da infraestrutura da escola, e problemas oriundos das difíceis condições de salubridade em que viviam as comunidades escolares e mesmo da frequência dos alunos que, em determinadas épocas do ano, abandonavam a escola para trabalhar na colheita das

² INAUGURADAS NOVE ESCOLAS TÍPICAS RURAIS EM DIFERENTES MUNICÍPIOS FLUMINENSES, no dia 13 do corrente. Correio da Lavoura. Nova Iguaçu, ano XXIV, n.1.209, 19 maio 1940.



laranjas. Nota, ainda, a resistência das famílias em enviarem os filhos para as aulas específicas de ensino agrícola.

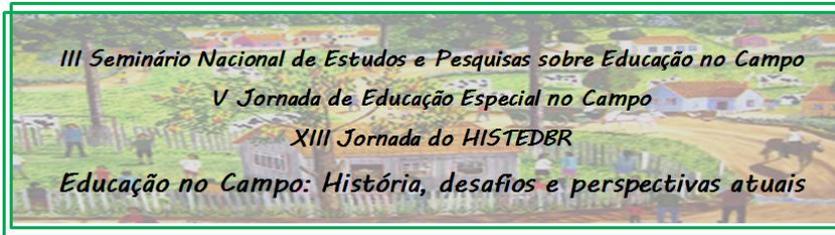
Nos anos seguintes, outros atos eram expedidos para criação de escolas típicas rurais e de dispositivos auxiliares ao seu funcionamento (DIAS, 2014). A intenção de que as escolas típicas disseminassem um novo modelo de educação regional estava anunciada no regulamento expedido em 1941: “as escolas típicas rurais constituirão, nas regiões a que servirem, institutos padrões, do qual deverão aproximar-se, na orientação do ensino, todas as escolas primárias de zona rural, valendo-se de suas experiências e resultados”.³ O aparato normativo, ao longo de 31 artigos, tratava da organização destas escolas, dos conteúdos a serem ensinados, da formação e dos deveres dos docentes para elas designados. A educação elementar básica e a iniciação profissional agrícola constituíam o currículo das escolas-granjas, que seriam construídas atendendo às especificidades requeridas pelo ensino agrícola. As escolas típicas rurais são exemplares da proporção, da extensão e da intervenção que se buscava realizar sobre as populações rurais e sobre seus modos de vida e trabalho a partir dos processos de escolarização.

O Núcleo colonial São Bento: o “cultivo” do solo e da população rural

Em 1932, através do Decreto 22.226, o governo criou o Núcleo Colonial São Bento⁴ no município de Iguazu, encarregado por lotear a Fazenda São Bento e as terras da Fazenda Aurora (SOUZA, 2014, pp. 116). O espaço do Núcleo estava subordinado ao Ministério da Agricultura e era composto de 102 m² divididos numa parte considerada a sede (com lotes urbanos e administração) e outra parte de lotes rurais divididos em sete glebas (SOUZA, 2014, pp. 116). O Núcleo tinha um administrador e uma guarita na entrada. Nesse período, não havia ônibus que circulasse por dentro do Núcleo, existia apenas uma caminhão que fazia o transporte. Além disso, o colono recebia lotes rurais, por meio de inscrição no Ministério da Agricultura, com garantias de escoamento da produção. No início, o colono não pagava pelo lote, além de ter custeado as ferramentas para o plantio, as mudas e os serviços médicos. Após três anos,

³ Decreto nº 1.214 de 20 /12/1941 “Aprovando o regulamento das Escolas Típicas Rurais como neste se insere”. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1941. APERJ.

⁴ Neste período, a cidade de Duque de Caxias ainda era um distrito de Iguazu, sendo emancipada em 31 de dezembro de 1943.



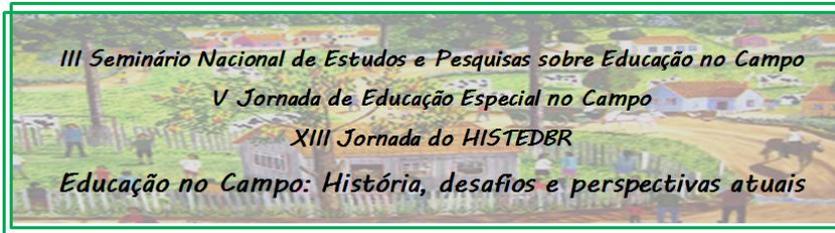
começava-se contar dez anos para quitar a dívida referente ao terreno. Aos poucos, os terrenos referentes ao Núcleo foram sendo desmembrados, até que em 1961, o mesmo foi extinto definitivamente. Algumas instituições educativas foram estabelecidas dentro do Núcleo.

As atividades desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), levou a identificação do acervo da Associação Beneficente de Menores (ABM), entidade particular, com sede na Fazenda São Bento e que segundo os documentos oficiais, desenvolveu um projeto denominado Patronato São Bento, fundado na década de 1950, onde funciona, atualmente, o Instituto São Francisco.

O Patronato São Bento desde seu nascimento estabeleceu uma relação estreita com as esferas públicas de âmbito municipal, estadual e federal dada a sua própria natureza, ou seja, instituição privada de caráter filantrópico com financiamento público. Por outro lado, por se constituir lugar de abrigo para meninos em situação de risco ou de comportamento considerado desviante, manteve relação direta com o judiciário. Nos momentos de fuga ou de delito a polícia também poderia ser acionada. O caráter filantrópico atraiu o investimento de comerciantes e de personalidades importantes da cidade. E por se caracterizar como instituição regida pela Igreja Católica favoreceu a presença frequente da imprensa local e de políticos fluminenses interessados na promoção pessoal.

Vale indagar o caminho escolhido pelo Estado para incorporar os meninos considerados abandonados e os encaminhados pelos próprios familiares para viver nas instituições/abrigos. Assim como, pensar o tipo de educação que seria oferecido nas décadas 1950-1960. Para Nagle (1974) os regulamentos e os estatutos dos patronatos evidenciam a importância do trabalho como estratégia pedagógica e formação do trabalhador nacional rural e de regeneração dos pobres desvalidos. Pelo regulamento expedido em 1919, foram organizados os patronatos agrícolas, instituições criadas para a “educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos”. Enquanto instituto de “assistência, proteção e tutela moral aos menores”, recorria-se ao trabalho agrícola “sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



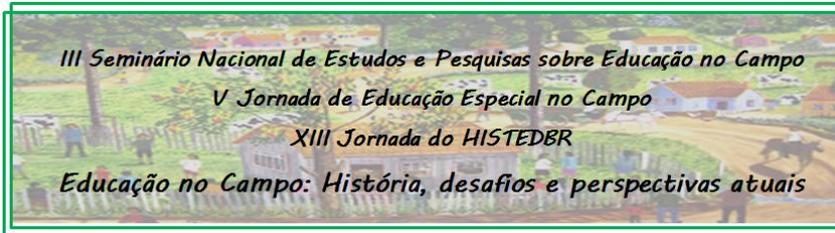
o fim de os dirigir e os orientar, até incorporá-los no meio rural” (Decreto nº 13.706 apud NAGLE, 1974, pp.183-184).

Concomitantemente, pretendia-se também assegurar um tipo de educação que garantisse a formação de um trabalhador ordeiro, disciplinado e enquadrado à sociedade capitalista. A educação em espaços públicos e privados, como também o atendimento de infratores em internatos são formalizados desde o Código de Menores, de 1927, no art 71, abrindo espaço para que o atendimento social fosse entendido como serviço penitenciário. Os decretos-lei nº 2.848, de 1940 e o de nº 6026 de 1943, regulamentaram a internação dos menores e afirmaram o papel destes frente à manutenção da ordem e do controle social.

Nesse sentido, Sônia Regina de Mendonça (2010) nos orienta que o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao criar os Patronatos Agrícolas objetivava a formação educacional primária e o aprendizado referente a terra e criação de animais. Cabe ainda esclarecer que a criação desses Patronatos teve como meta central, em alguns momentos, a canalização desses menores presos ou encontrados na rua executando trabalhos informais com vista à “regeneração” desses indivíduos, objetivando um controle social e agrícola o que ia de encontro aos interesses do Estado.

De acordo com as documentações pesquisadas, os prédios e o próprio terreno do Patronato São Bento foram cedidos pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC - à Mitra Diocesana de Petrópolis em comodato de cem anos conforme escritura lavrada a_22 de julho de 1958, já que os mesmos estavam localizados numa área de responsabilidade da União, no Núcleo Colonial São Bento. A medida do terreno doado era de 7,40 ha.

Quanto às edificações do Patronato, eram divididas da seguinte maneira: um prédio com dois pavimentos, antigo convento e capela que era usado como residência do administrador, almoxarifado, secretaria, refeitório e cozinha; prédio com seis salas e demais instalações usado pela escola; prédio com dormitório para trezentas crianças, banheiros, rouparia e lavanderias; prédio com quatro salas e demais instalações para oficinas destinadas ao ensino profissional. Na área onde se localizou o Patronato funcionou também a ABM, que desde a década de 1980, transformou-se em Ação Paulo VI - ASPAS.



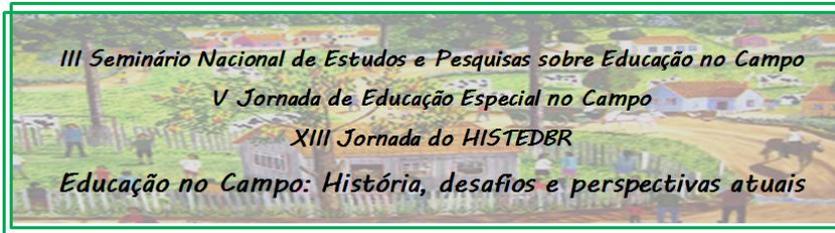
No que se refere à manutenção da instituição do patronato era feita por convênios com a Fundação Estadual do Menor do Rio de Janeiro – FEEM, com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – PMDC - e a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A mesma recebia ainda alimentos da merenda escolar federal e estadual, além de instituições privadas que contribuíam com doação de alimentos, roupas e medicamentos. Os Clubes Lions e Rotary promoviam campanhas cuja renda era revertida integralmente para o patronato.

Os meninos que conviviam neste espaço eram encaminhados, na sua maioria, pelas instituições que firmavam convênio com o patronato: FEEM, PMDC e Juizado de Menores – JM. Os motivos destes encaminhamentos eram diversos. Alguns vinham quando a família atestava a sua pobreza. Outros, por pequenos delitos cometidos, por estar em situação de abandono ou vinham diretamente, sem encaminhamento destas instituições. Este último grupo não recebia financiamento dos convênios, sendo assim, a diocese em alguns períodos criou a Campanha do Padrinho, onde os leigos das comunidades eclesiais ajudavam financeiramente um dos meninos.

Os meninos atendidos eram divididos em três grupos: os internos, que iam para casa, às vezes, aos finais de semana; os semi-internos, que iam para casa, aos finais de semana, além do período de férias e; os externos, que viviam na redondeza e estudavam na escola municipal que funcionava dentro do espaço do patronato.

As primeiras informações tratam da Escola Federal Odilon Braga foi fundada em 3 de março de 1946, pelo INIC numa área arborizada, em terras pertencentes aos Beneditinos anteriormente e posteriormente, à Mitra Diocesana de Petrópolis. Possuía 318 (trezentos e dezoito) alunos atendidos por 10 (dez) professoras. Oferecia atendimento médico e odontológico e uma biblioteca. O transporte das crianças era feito por caminhão e havia ainda uma Cooperativa Escolar.

Segundo o acervo da SME a instituição citada anteriormente funcionou até 1960, transformando-se em 1967, na Escola Municipal Patronato São Bento. As lacunas nas datações, o desconhecimento acerca dos projetos da instituição, a inexistência de clareza no que se refere ao número de alunos atendidos na E. M. Patronato São Bento, apresentam limites para esta pesquisa. Assim, faz-se necessário uma investigação de maior fôlego das políticas públicas da educação adotadas no município, da relação

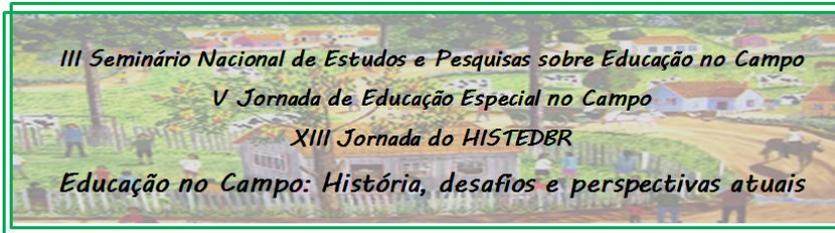


destas com o projeto nacional de colonização e a formação profissional no viés do projeto rural de educação para os menores.

Nos documentos, há referência ainda de que a Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes recebeu em 1983, cerca de 150 alunos da Escola Municipal Patronato São Bento. A Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes foi fundada em 1965, no espaço da Sociedade Cooperativa Mista do Núcleo Colonial São Bento, com muita precariedade, pois o prédio comportava apenas uma sala de aula. No breve histórico da instituição, percebe-se a luta pela reforma e a ampliação da unidade escolar.

Em ofício datado de 20 de janeiro de 1961, assinado por D.Odilão, diretor do Patronato, encaminhado ao diretor da LBA, Dr. Renato Moura solicita verbas para a manutenção e ampliação dos trabalhos agrícolas desenvolvidos junto aos menores: aviário, apiário e criações. Chama atenção sobre a importância do investimento desse trabalho profissional no pagamento de despesas ordinárias do Patronato. Dentre os documentos do acervo encontramos o Processo 003111/1978 assinado pela Professora Maria José Paes Leme, que atuava como diretora do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tratando do tema “habilitação para o trabalho” para os meninos, inicialmente com a organização do convênio firmado entre a UFFRJ, o Patronato São Bento e a Fundação da LBA. Dentre os objetivos principais do convênio encontramos a habilitação para o trabalho, a criação de recursos financeiros para a instituição e a participação dos meninos nas atividades domésticas.

Em material recebido da funcionária Edna Bernardo, responsável pelo Arquivo e Patrimônio da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, encontramos informações em que a ABM se transforma na Ação Social Paulo VI (ASPAS). Tal registro nos oferece as seguintes datas, em 27 de dezembro de 1983, numa reunião, foi elaborada uma alteração do estatuto da ABM que se manteve na administração do Patronato até 12 de março de 1984, momento em que foi eleita uma nova direção da instituição e que foi substituída, definitivamente, pela ASPAS. Em fevereiro de 1989, a diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, cujo bispo era Dom Mauro Morelli, recebeu uma comunidade marista (três religiosos), com o objetivo de reforçar o programa.

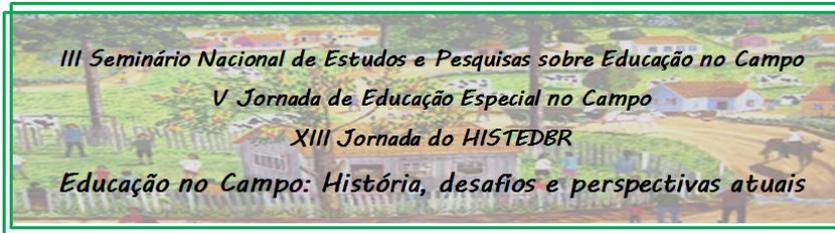


É possível perceber num breve histórico sobre o Patronato a partir da documentação sob guarda do CEPEMHed, a complexidade de sua história e as transformações que a instituição sofreu ao longo do século, permitindo assim uma problematização acerca da historiografia das instituições educativas (SAVIANI, 2007). Ademais, o Núcleo Colonial comportou outras instituições educativas, o que revela a relação estreita entre projetos econômicos, ruralismo e instrução no território da Baixada Fluminense.

Cabe ressaltar o projeto de núcleo de abrigo, de educação e treinamento para as meninas da Sr.^a Darcy Vargas que foi criado nos anos trinta, articulado ao projeto de colonização e de modernização. A intencionalidade do projeto ganhou sentido na tríade trabalho, ordem e progresso, que produzem uma memória de cidade ordeira, integrada ao capitalismo e com poder centralizado (SOUZA, 2014, pp. 140). Ainda, nesse processo de entrelaçar leituras, a escrita do projeto da Cidade das Meninas da Sr.^a Darcy Vargas, de Rubens Porto (1942), amplia o olhar acerca da política destinada a essa infância com a implantação desse projeto em terras do Núcleo.

Na pesquisa realizada por Jayme Pondé (1977) sobre a vida de Levy Miranda, encontramos alguns dados acerca do projeto da Cidade das Meninas, destinado ao amparo de meninas pobres, datado de 1947, embora estivesse projetado desde 1939.

O autor aponta a criação do abrigo misto na área rural de Duque de Caxias, denominado de Cidade dos Meninos,⁵ transferido posteriormente para a Fundação Abrigo Cristo Redentor em 1946, através do Decreto-lei nº 9.899, assinado pelo Presidente Dutra a pedido da Exma Sr.^a Darcy Vargas. A Cidade dos Meninos comportava vários institutos: Dom Bosco, Domingos Savio, Nossa Senhora da Paz, Profissional Getúlio Vargas e Margarida Araújo, onde os meninos e as meninas eram agrupados segundo o critério de idade e de instrução; instruídos sob a égide da orientação do “amor” ao trabalho. Além dos institutos, a Cidade-Jardim, como era chamada a Cidade dos Meninos, oferecia a educação escolar através de duas unidades públicas: o Grupo Escolar Darcy Vargas, datado de 1958, atendendo cerca de 630 alunos, já na segunda metade dos anos de 1970, atendia 840 internos e 400 externos e o



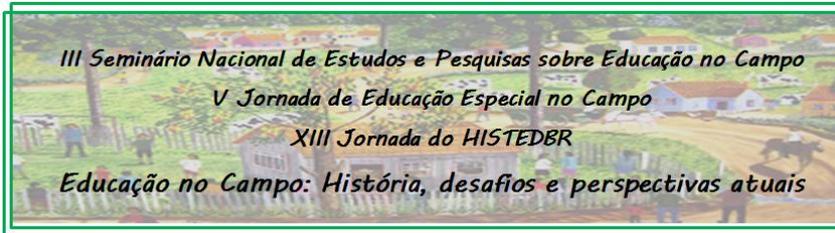
Grupo Escolar Cidade dos Meninos. Cabe esclarecer que o Instituto Margarida Araújo tinha como público-alvo meninas.

Em 1950, foi inaugurada na Cidade dos Meninos, uma fábrica de e Hexacloro Ciclo-Hexano (HCH) para atender a necessidade do Instituto de Malariologia. A mesma foi construída com verbas do Serviço Nacional de Malária, do Serviço Nacional de Febre Amarela e do Serviço de Pestes que eram subordinados ao Ministério da Educação e Saúde (SOUZA, 2014, pp. 123). O HCH, também conhecido como BHC, foi rejeitado por outros países pelo fato de ser cancerígeno. Embora, países como a Inglaterra e os Estados Unidos tivessem proibido sua comercialização, o Ministério da Saúde permitiu a instalação da fábrica num espaço que abrigava menores e funcionários públicos. Em 1952, houve uma explosão na Fábrica de Gelo localizada na Cidade dos Meninos que atingiu cinco tambores de DDT e HCH, além de sete funcionários. A partir do acidente, a Fundação Cristo Redentor exigiu a saída da fábrica. Mas apenas em 1962 ela foi desativada definitivamente, embora tenha abandonado quatrocentas toneladas do produto no local, o que contaminou os rios, o solo e a população ao redor. Conseqüentemente, o projeto do espaço que envolvia os meninos foi desativado nos anos de 1990 (SOUZA, 2014, pp. 124).

Cabem ainda pesquisas aprofundadas sobre o projeto educativo da Cidade dos Meninos, mas é interessante ressaltar a incidência destas instituições no Núcleo Colonial São Bento. A possibilidade de entrecruzar os dados e os princípios dos projetos do Patronato com o da Cidade dos Meninos pode indicar algumas peculiaridades acerca do projeto ruralista nesses períodos históricos. As escolas assegurariam ainda, a educação e a orientação de técnicas agrícolas capazes de maior racionalidade e produtividade. Neste sentido, os registros do Patronato e os documentos oficiais das escolas públicas do arquivo da Secretaria Municipal da Educação podem possibilitar ainda, a compreensão do processo de escolarização desses meninos e o entendimento da complexidade das relações estabelecidas entre o Patronato São Bento e a Cidade dos Meninos, situados no mesmo território do Núcleo Colonial São Bento.

A título de conclusão

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Os resultados preliminares da pesquisa em andamento sobre os projetos ruralistas de instituições educativas existentes no território da Baixada Fluminense atendem às demandas sinalizadas nos recentes balanços sobre a historiografia educacional fluminense (BONATO, XAVIER, 2013), acerca da necessidade de estudos que lancem luz sobre regiões pouco estudadas do estado.

Estas pesquisas acabam por descortinar novos universos documentais e de análise, contribuindo também para a renovação temática do campo historiográfico.

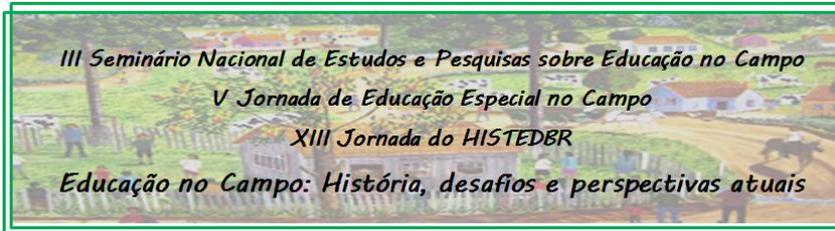
Ademais, enquanto estudos sobre história da educação no antigo Distrito Federal para as décadas de 1930 e 1940 enfatizam a presença do movimento escolanovista no debate educacional, a pesquisa sobre o entorno da região revela a força dos discursos e práticas dos setores ruralistas no debate educacional. Nesse sentido, cabe ressaltar ainda, que os estudos sobre o Patronato São Bento, a Cidade dos Meninos ou sobre as Escolas Típicas Rurais permitem também avanços no campo da historiografia sobre a educação na Baixada porque rompem com a temática até recentemente exclusiva sobre a Escola Regional de Meriti, experiência escolanovista fundada no atual território de Duque de Caxias, em 1921, por Armanda Álvaro Alberto (SILVA, 2008).

Estudos acerca dos processos de escolarização do campo, de regionalização do ensino e da escolarização das práticas de trabalho agrícola são importantes para a compreensão da história educacional fluminense. A análise comparada da história das instituições educativas aqui apresentadas revelam a continuidade de projetos destinados a conformar o mundo do trabalho da população rural. No caso em tela, temas como regionalização e ruralização do ensino lançam novas questões sobre tema da educação rural e das relações entre urbano, rural e escolarização.

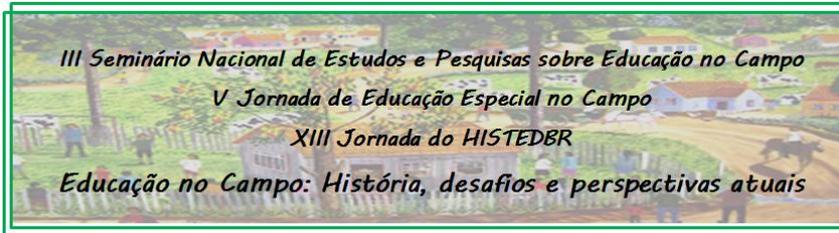
Referências Bibliográficas

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BONATO, Nailda. XAVIER, Libania. Das possibilidades abertas para a pesquisa em história da educação no Rio de Janeiro. In: BONATO, Nailda. XAVIER, Libania (Orgs.). *A História da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



- BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.39-49.
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014. v. 1. 523p .
- FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FERNANDES, Rogério; FILHO, Luciano Mendes de Faria; LOPES, Alberto (Orgs). *Para compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF: 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario. Revista de estudios rurales*, La Plata, v. 1, n. 1, dic.2000. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151559942000000200002&lng=es&nrm=iso. Acessado em 13 jan 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- NAGLE Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.
- PANTOJA, Silvia. *As raízes do pessedismo fluminense*. A política do interventor (1937-1945). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6578/795.pdf?sequence=1>. Acessado em 06 jan 2011.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja*. Rio de Janeiro: FGV/SEC, 1977.
- PONDÉ, Jayme. *Levy Miranda – Apóstolo da Assistência Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Editora Carioca Ltda, 1977
- PORTO, Rubens. *Cidade das Meninas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942
- SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel. (et all) (orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e*



reconstrução histórica. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, Vilma Correa Amancio da. *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015